



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ESPECIAL - DÉFICIT COGNITIVO E EDUCAÇÃO DE SURDOS**

**OS RECURSOS TECNOLÓGICOS NO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNO
SURDO**

ARTIGO MONOGRÁFICO DE ESPECIALIZAÇÃO

Joanéia Oliveira Ribas

**Boa Vista, RR, Brasil
2010**

**OS RECURSOS TECNOLÓGICOS NO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNO SURDO**

por

Joanéia Oliveira Ribas

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Bolívar Lebedeff

**Boa Vista, RR, Brasil
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação Especialização em Educação Especial - Déficit
Cognitivo e Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo
Monográfico de Especialização

**OS RECURSOS TECNOLÓGICOS NO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNO SURDO**

elaborada por
Joanéia Oliveira Ribas

como requisito parcial para obtenção do grau de
***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos***

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profa. Dra. Tatiana Bolívar Lebedeff
(Presidente/Orientadora)

Profa. Ms. Fernanda de Camargo
(Membro da Banca)

Profª Ms. Edna Márcia de Souza
(Membro da Banca)

**Boa Vista, RR, Brasil
Julho/2010**

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

OS RECURSOS TECNOLÓGICOS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNO SURDO

AUTORA: JOANÉIA OLIVEIRA RIBAS

ORIENTADORA: TATIANA BOLIVAR LEBEDEFF

Boa Vista – RR, julho de 2010.

A presente pesquisa refere-se a uma das questões mais discutidas atualmente na área de educação: A inclusão do surdo no ensino regular. Percebe-se que na caminhada de uma educação para todos e sem exclusão, é fundamental que o professor tenha seu papel definido para que assim esteja consciente de suas práticas pedagógicas. Busca-se, neste trabalho, compreender como facilitar a inclusão de alunos surdos no sistema regular de ensino. Para que ocorra esta inclusão, de fato, é necessário que tenha comunicação, organização de conteúdo metodológico, valores psico-sociais e culturais. A questão da inclusão dos surdos em uma Escola Inclusiva mostra uma idéia de Escola Igualitária, para isso é necessário rever as práticas pedagógicas, ou seja, os profissionais precisam trabalhar em conjunto para a aquisição de conhecimento do aluno com surdez. Este trabalho teve como objetivo observar como vem sendo utilizado os recursos da informática para os alunos com surdez, considerando a necessidade também de um estudo de caso da aluna pesquisada através de atividades na sala de recurso multifuncional no Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a evolução do seu conhecimento. Portanto, torna-se relevante os estudos sobre os processos relacionados à educação do aluno surdo que, através da tecnologia e da pedagogia contextualizada gera independência na pesquisa, forma e transforma conhecimentos, melhora a aprendizagem escolar e vivência social.

Palavras-chave: inclusão; surdos; recursos tecnológicos; atendimento educacional especializado.

ABSTRACT

Article Specialist

Specialization Course in Special Education - Cognitive Deficits and Deaf Education

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brazil

THE TECHNOLOGICAL RESOURCES IN SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES FOR DEAF STUDENTS

AUTHOR: JOAN RIBAS OLIVEIRA

GUIDANCE: TATIANA BOLIVAR LEBEDEFF

Boa Vista - RR, July 2010.

This research refers to one of the hottest issues in education today: The inclusion of the deaf in mainstream education. It is noticed that in the journey of education for all and without exception, it is essential that the teacher has defined its role so that you are aware of their teaching practices. Search, in this work, understanding how to facilitate the inclusion of deaf students into regular education. For this to occur include, in fact, it must have communication, organization of content methodology, psycho-social values and culture. The question of inclusion of the deaf in an Inclusive School shows an idea of Equal School, for it is necessary to review the teaching practices, ie, professionals must work together to acquire knowledge of students with deafness. This study aimed to observe how it has been used computer resources for students with deafness, also considering the need for a case study of student searched through activities in the resource room in multifunctional Specialized Educational Services (ESA) for the evolution their knowledge. Therefore, it becomes relevant studies on the processes related to the education of deaf students who, through technology and pedagogy contextualized generates independence in research, forms and transforms knowledge, improve learning skills and social interaction.

Keywords: inclusion; deaf technological resources, specialized educational services

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO.....	10
1.1. Análise de dados.....	11
2. EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	13
2.1. Historicidade.....	13
2.2. A acessibilidade e inclusão do aluno surdo.....	15
3. PERSPECTIVAS OU DESAFIOS À INCLUSÃO.....	17
3.1. Atendimento educacional especializado.....	17
3.2. A formação do profissional para o atendimento educacional especializado.....	18
3.3. Bilingüismo: O Brasil com duas línguas.....	20
3.4. A língua Portuguesa e suas dificuldades para o surdo.....	21
3.5. Aprender a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.....	21
3.6. Utilização do computador na educação do aluno surdo.....	24
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
5. REFERÊNCIAS.....	27

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa discute a importância do uso de recursos tecnológicos para a educação da pessoa com surdez no ensino regular, a necessidade de realização de constantes pesquisas de novos recursos e a necessidade, também, de capacitação profissional para o atendimento educacional especializado, atendimento este garantido pelas políticas públicas do governo federal, governos estaduais e municipais.

A utilização da informática é muito significativa para os alunos surdos, considerando que estas pessoas encontram grande dificuldade na compreensão e na comunicação devido à falta de escolarização, da falta de domínio da língua portuguesa pelo aluno surdo e muitas vezes, da pouca fluência da língua brasileira de sinais talvez essa situação poderia ser amenizada através da formação continuada aos profissionais em geral, também a capacitação na comunicação em LIBRAS a esses profissionais, não só da educação.

A atual pesquisa refere-se a dados observados a partir de atividades de alunos surdos do 6º ano do ensino fundamental desenvolvido por minha pessoa que trabalho em sala de recurso multifuncional para todas as deficiências em uma escola pública, no qual o computador é utilizado como ferramenta de informação, comunicação e inclusão em atividades realizadas durante o atendimento para alunos surdos, acredita-se, possibilitar melhor desenvolvimento cognitivo e a de diferentes habilidades de aprendizagem em todas as disciplinas de sala comum e recursos de sala multifuncional.

Durante a minha convivência com alunos surdos, iniciou na Escola de Audiocomunicação – Escola Especializada em Educação de Surdos no município de Boa Vista/RR, onde atuei como professora no ensino fundamental, no período de março de 2001 à dezembro de 2003. Neste período não conhecia a Língua de Sinais, desta forma freqüentava a Escola no horário matutino e vespertino com vontade de trabalhar e aprender o idioma para poder contribuir no processo educacional dos alunos surdos em Roraima. Desse modo, fui em busca de capacitações, pesquisas sobre alunos surdos, até então trabalho com alunos surdos, Nessa trilha, contei com a ajuda deles que com muita paciência me ensinavam os

sinais que eu não sabia. Foi um processo de mútua aprendizagem, onde eu ensinava e aprendia com eles. No ano de 2004 e 2005 foi realizar assessoria na Escola Francisca Élzica, dando um suporte pedagógico para atender os alunos surdos inclusos na Escola. Em seguida no ano de 2006 á 2008 realizei atendimento na sala de recursos para alunos surdos na Escola Monteiro Lobato. Hoje temos o atendimento educacional especializado na Escola, por determinações legais da Educação Especial formuladas pelo Conselho Nacional de Educação, nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução nº. 02/2001 do CNE, p. 39):

Educação Especial, modalidade de educação escolar, entende-se como um processo educacional que se materializa por meio de um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns de garantir a educação formal e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, diferentes da maioria das crianças e jovens, em todos os níveis e modalidades de educação e ensino.

Nessa definição, estão apontados aspectos fundamentais relativos às concepções de práticas educacionais a serem dirigidas aos alunos com necessidades especiais, destacando-se: a adoção de recursos e serviços educacionais no sentido de proporcionar condições favoráveis ao processo educacional, ante as especificidades dos educandos; a abrangência das ações, que devemos desenvolver em diferentes níveis e modalidades de educação escolar, particularmente, no ensino. Desta forma garantindo o atendimento às diferenças humanas. Para tanto, a Legislação prevê que os serviços de educação escolar sejam ofertados no ensino regular (...), em classes comuns, em qualquer etapa ou modalidade da educação básica, devendo as escolas oferecer em sua organização, atividades em classes comuns com professores capacitados para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos com o apoio de professor de Educação Especial e, se for o caso, do intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, em concordância com o projeto pedagógico da escola. Durante este tempo que atuo na Educação dos alunos surdos, os desafios são realmente imensos. As dificuldades para incluir o aluno surdo em classes comuns perpassam por uma série de fatores tais como: elaboração de políticas públicas, disponibilidade de recursos materiais e

humanos, equipamentos específicos, entre outros. Acredito que o maior obstáculo, é a concepção de pessoas que não respeita as diferenças, pois quando queremos, quando acreditamos no potencial do surdo, conseguimos iniciar o processo inclusivo.

“Inúmeras polêmicas têm se formado em torno da educação escolar para pessoas com surdez. A proposta de educação escolar inclusiva é um desafio, que para ser efetivada faz-se necessário considerar que os alunos com surdez têm direito de acesso ao conhecimento, à acessibilidade, bem como ao Atendimento Educacional Especializado” (DAMÁZIO, 2007, p. 15).

1. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

Trata-se de uma pesquisa que busca analisar os recursos tecnológicos de atendimento educacional especializado para alunos surdos, observando as condições de produção linguística da língua de sinais e a relação com a língua portuguesa, com a ajuda dos recursos de informática aos alunos, considerando que a utilização de recursos como o computador deverá contribuir para a aquisição de novos e diferentes conhecimentos em sala de aula e para o desenvolvimento global dos indivíduos.

A pesquisa consistiu em um estudo de caso de uma aluna diagnosticada surda, 12 anos, comunica-se através da língua brasileira de sinais, matriculada na 6ª série do ensino fundamental, da Escola Estadual Monteiro Lobato, localizada na cidade de Boa Vista – RR, a aluna estuda há dois anos nessa escola, não tem intérprete na sala comum, no entanto, a sala de recurso multifuncional atende a mesma em horário oposto há dois anos, desde que chegou a esta escola que é considerada referência no processo de inclusão, o estado até o momento não realizou concurso para tal profissional.

Além da aluna a escola atende 29 alunos com deficiência, atualmente atende cinco alunos surdos. Trabalhando na sala de recursos multifuncionais tem três professoras que também como eu dominamos a Libras e por esse motivo não houve a participação de intérprete para tal pesquisa e coleta de dados, foi realizado várias atividades com a aluna juntamente com as professoras então foram observados o desenvolvimento de metodologia e a utilização dos recursos tecnológicos no Atendimento Educacional Especializado – AEE em sala de recurso multifuncional em 2009.1.

As observações foram registradas através de fotos e anotações em caderno de campo. Os dados foram transcritos e analisados para verificar o atendimento à aluna, tendo como foco o recurso pedagógico da informática.

Algumas perguntas que nortearam a pesquisa foram:

- Como acontece o AEE para alunos surdos na sala de recurso multifuncional?

- Na sala de recurso multifuncional da Escola Monteiro Lobato os professores utilizam o recurso da informática com o aluno surdo?
- O professor que atende o aluno surdo tem formação específica?

1.1. Análise de dados

Através da observação foi possível detectar que a aluna recebe o AEE na sala de recurso multifuncional dois dias na semana, no horário oposto às aulas. No atendimento as professoras utilizam o recurso da informática com *softwares* educativos específicos para alunos surdos para complementos e/ou suplementos dos conteúdos ministrados em sala de aula, ou seja, muitos dos livros didáticos possuem CD,s e DVD's traduzidos na íntegra em LIBRAS, Dicionário Digital e, também, promovem a habilidade para o acesso a Internet.

Com relação à formação das professoras da sala de recurso, são Pedagogas e possuem Pós-Graduação em Educação Especial, Informática Educativa, além de diversos cursos na área de surdez. As professoras comentaram que estão sempre buscando formação continuada e apoio para utilizarem esse recurso da melhor forma possível, pois compreendem que o uso do computador contribui para a autonomia e segurança na produção escrita, além de aumentar o interesse pelas atividades propostas e, ainda, exercitar a concentração.

A partir do estudo de caso foi organizado pelas professoras o plano do atendimento educacional especializado (AEE). Este plano de atividades tinha como objetivos adaptar atividades para serem desenvolvidas durante o semestre de 2009/1 buscando solucionar as dificuldades da aluna quanto ao conteúdo da sala de aula comum, também tentando amenizar a dificuldade de comunicação dos professores de sala comum.

Durante a coleta de dados observei algumas condições da produção lingüística escrita da língua de sinais e a relação com a língua portuguesa. Depois iniciamos a mesma atividade no computador, momento em que pude observar entusiasmo na aluna. Entretanto, houve certa dificuldade em realizar as atividades

devido à falta de conhecimento das ferramentas de trabalho, mas logo a aluna demonstrou curiosidade em aprender mais.

As atividades propostas a ela foram desenvolvidas de modo que se constatou a melhoria e participação da aluna na escrita e na leitura tanto em L1(Língua de Sinais) e na L2 (Língua Portuguesa). O resultado do desenvolvimento da aluna fica visível quando o professor da sala de recursos realizou o relatório, ficou constatado que a utilização do computador representa um processo de mediação com a aluna surda, possibilitando seu desenvolvimento cognitivo, sócio-afetivo e de comunicação.

2. EDUCAÇÃO DE SURDOS

2.1. Historicidade

A educação de surdos vem sofrendo mudanças significativas desde o século XVI. Primeiramente, o Ponce de Leon fundou uma escola dedicada aos filhos da corte de seus pais em que utiliza como metodologia o Oralismo (CASARIN; 2009, p. 8).

Somente no século XVI apresentam-se os primeiros educadores para surdos. Estes educadores foram criando e adaptando técnicas e metodologias específicas para ensinar os surdos, utilizam-se da língua dos sinais, códigos visuais, datilologia (desenvolvido por um monge beneditino Pedro Ponce de Leon na Espanha) e persistindo muitas vezes na língua oral (CASARIN; 2009, p.8).

Na França, o Abade Charles Michel de L'Épée (1712-1789) estudou e adaptou o método gestual que era a fusão da língua de sinais com a gramática sinalizada. O Abade fundou a primeira escola para crianças surdas, na qual foi utilizado um método, criado pelo próprio Abade, que era uma combinação da língua de sinais utilizada pelos surdos com a gramática francesa, com o objetivo de ensinar a ler, escrever, transmitir a cultura e dar acesso à educação. O método de L'Épée teve sucesso e obteve os resultados espetaculares na história da surdez (FERNANDES, 2007, p. 38).

Em 1791, a escola de L'Épée se transforma no Instituto Nacional de Surdos e Mudos de Paris, local onde os surdos europeus sistematizaram a Língua de Sinais Francesa (LSF), conhecida como a primeira língua de sinais do mundo e raiz das demais línguas sinalizadas do mundo. A metodologia de L'Épée fundamenta os primeiros trabalhos com relação à ampliação da concepção da linguagem para além da fala (FERNANDES; 2007, p. 38).

A partir do Congresso de Milão, ocorrido em 1880, o Oralismo foi o referencial assumido e as práticas educacionais vinculadas a ele foram amplamente desenvolvidas e divulgadas. Fernandes (2007, p. 36-38).

No Brasil, a história não foi muito diferente. Em setembro de 1857 surgiu na cidade do Rio de Janeiro a primeira escola de surdos brasileira a utilizar a língua de

sinais, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, hoje chamado Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). A iniciativa foi de Eduard Huet, professor surdo que havia se mudado da França para o Brasil naquela época e que seguia a mesma modalidade de ensino do abade L'Épée. Mas, assim como a educação na França, a língua de sinais no Brasil deixou de se desenvolver com o Congresso de Milão. Conforme Casarin, (2009, p.8) escreve sobre pressupostos filosóficos, sociais, educacionais e culturas da história da surdez de também sobre a influência do Oralismo os surdos brasileiros buscaram alternativas de se comunicarem através da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Organizaram-se em forma de associações.

Atualmente a Língua de Sinais (LS) é considerada a língua natural dos surdos, emitida através de gestos e com estrutura sintática própria. Expandiu-se em todo o mundo e somente através dela o surdo pode construir sua aprendizagem, se assemelhando à aquisição da linguagem oral dos ouvintes. Não forma um Sistema Linguístico Universal, pois em cada país a Comunidade Surda tem sua própria língua que sofre as influências da cultura nacional. Para os surdos, a inclusão educacional vem se tornando uma realidade somente por força do Decreto n. 5.626/05, (BRASIL, 2005), que regulamenta a Lei acima mencionada, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Através da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) que esta mobilização de divulgar a educação de surdo para todos os estados possibilitou conhecimento teórico e também o reconhecimento pela sociedade em geral da instituição INES e FENEIS.

No Relatório Anual de Atividades da FENEIS (2003), constata-se que de 2001 até 2003, a FENEIS, através de convênios com o MEC-SEESP/FNDE e em parcerias com as secretarias de educação de todos os estados, executou o Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, cujas atividades foram as seguintes:

Implementação, em nível nacional, do Plano Estratégico para divulgação e uso da Libras, através de cursos, divulgação através da mídia sobre a importância dessa língua para a educação de surdos, realização de cursos básicos de Libras (Libras em Contexto) e cursos para professor-intérprete, oferecidos para professores de todas as redes estaduais de educação, e cursos de metodologia para ensino de Libras que tem capacitado surdos para serem Instrutores de Libras; Distribuição para as redes públicas de todos os estados, livros, DVDs, fitas e CDs e dicionários sobre a Libras; Criação, nos 27 Estados, dos Centros de Atendimento a Surdos e de

Capacitação de Profissionais da Educação na Área da Surdez – CAS; Lançamento do Programa Nacional Interiorizando a Libras, oferecendo cursos básicos de Libras e cursos de capacitação para instrutores, quando também é feito um aprofundamento na metodologia Libras em Contexto.

Este processo de conquistas culmina com a aprovação da Lei n. 10.436/02 (BRASIL, 2002), que reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras, como meio legal de comunicação e expressão, ou seja, esta passa a ser vista como a língua oficial dos surdos.

2.2. A acessibilidade e inclusão do aluno surdo

Sobre Acessibilidade, a Lei n. 10.098/2000, (BRASIL, 2005, p. 113), promove a acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização nos diferentes segmentos sociais. Para que haja a inclusão, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento da lei e das instituições que é ser capaz de atender às necessidades de seus membros:

Aprender a Aprender a viver juntos trata-se de um dos principais objetivos da Educação Contemporânea, já que supõe participar e cooperar com os demais nas atividades humanas. Essa educação requer sem dúvida, o desenvolvimento da compreensão perante o outro, e a percepção de formas de interdependência, respeitando os valores do pluralismo, a compreensão mútua (MEC, 2005, p.10).

Portanto, a inclusão consiste em adequar os sistemas gerais da sociedade, de tal modo, que sejam eliminados os fatores que excluam.

O princípio da inclusão se expande com a divulgação da Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), cujas linhas de ação definiram os princípios, a política e a prática educativa para as pessoas com necessidades educacionais especiais, bem como ações no sentido de atender às minorias. Portanto, a educação inclusiva vem sendo uma proposta da aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial denominado como inclusão social, atrelado à construção de uma sociedade democrática, de resistência contra a exclusão social de qualquer minoria.

Para Sasaki, inclusão social é:

(...) o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (1997, p. 41)

Assim, a pessoa com deficiência deve encontrar, na sociedade, o caminho propício para o seu desenvolvimento através de sua educação e qualificação para o trabalho. Estando ele já inserido no processo, a sociedade se adapta as suas limitações. Neste sentido, Sasaki afirma que:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambiente físicos (espaços interno e externo, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto do próprio portador de necessidades especiais. (1997, p. 42).

Quadros (2003, p. 82-112) comenta que a inclusão tem sido interpretada de formas errada, desde a inclusão até a comunicação porque para os surdos a inclusão não acontece quando apenas é garantido o acesso à educação mas sim é garantido a aceitação dos indivíduos e suas diferenças, no caso pesquisado falta a aprendizagem da escrita da língua portuguesa pela a aluna surda. No entanto somente a comunicação em Libras também não garante a aprendizagem real de todas as disciplinas estudadas em sala de aula, necessitando de educação bilíngüe desde a alfabetização até ensino superior tornando, assim a evolução lingüística.

Fernandes ressalta que a educação que os surdos ainda é questionável, porque a metodologia oralista impera a situação de exclusão dos alunos, que não querem a educação que o sistema regular de ensino oferece escreve Fernandes.

É inquestionável que a maioria dos professores, na quase totalidade das escolas, emprega como metodologia a exposição oral [...]. Do mesmo modo, as situações de interação entre professores e alunos, e entre os próprios alunos, são mediadas apenas pela língua oral, desconsiderando-se as dificuldades e o pouco conhecimento dos surdos em relação a essa forma de comunicação. (2007, p.120-121).

Assim sendo, a inclusão para os alunos surdos é um processo difícil, pois estando em sala de aula com ouvintes e aprendendo a língua oral, dificuldades e barreiras são previsíveis no percurso educacional, considerando que não existe uma

língua em comum. Para os surdos, a inclusão educacional vem se tornando uma realidade somente por força do Decreto n. 5.626/05, (BRASIL, 2005), que regulamenta a Lei acima mencionada, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Desta forma, os surdos terão acesso à educação contando com a presença do profissional intérprete de língua de sinais. Além disso, a inclusão abre espaço para o ensino da língua de sinais em diferentes lugares, entre estes, as salas de recursos multifuncionais.

3. PERSPECTIVAS OU DESAFIOS À INCLUSÃO

3.1. Atendimento educacional especializado

De acordo com o Decreto 6.571/2008, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas de ensino regular deve ser realizado nas salas de recursos multifuncionais, de forma a complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. Conforme o art. 3º Inciso 1º, as salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

Após a matrícula dos alunos surdos na classe comum, é estabelecido o horário e os dias de atendimento na sala de recursos, de forma a conciliar a frequência na sala de aula com a sua participação nas atividades extraclasse. Os alunos incluídos nas escolas de ensino regular devem possuir uma agenda, onde o professor da classe comum anota as dificuldades encontradas para que o professor da sala de recursos possa planejar atividades adequadas às necessidades dos educandos.

Desse modo, busca-se promover o processo de inclusão do aluno surdo através dos recursos específicos na sala de recursos multifuncional, para que isso ocorra a escola deve oferecer aos alunos surdos o Atendimento Educacional Especializado que de acordo com Damázio (2007, p. 25-26) destacam-se em três momentos didático-pedagógicos:

Atendimento Educacional em Libras em que todos os conhecimentos dos conteúdos são explicados nessa língua por um professor surdo de preferência; Atendimento Educacional para o ensino da Libras no qual os alunos surdos terão aulas de Libras para o conhecimento e a aquisição de termos científicos, trabalho que deve ser realizado pelo professor e/ou instrutor de Libras; Atendimento educacional para o ensino da Língua Portuguesa, para trabalhar as especificidades dessa língua para os surdos, este trabalho deve ser realizado, preferencialmente, por professor graduado em Língua Portuguesa.

Para o Atendimento educacional Especializado os professores de Libras, da Língua Portuguesa e o professor da sala de aula devem elaborar e desenvolver o planejamento em conjunto.

3.2. A formação do profissional para o atendimento educacional especializado

A formação de profissionais deve ser promovida pelas instituições federais de ensino de forma que garanta ao surdo o acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior.

Para o Atendimento Educacional Especializado ao surdo a Instituição de Ensino deve contar com os seguintes profissionais:

- Professor ou instrutor de Libras: profissional, de preferência surdo, com graduação em Letras: Libras ou Letra Libras/Língua Portuguesa ou com formação em nível médio e/ou superior com certificado de proficiência linguística em Libras emitida pelo MEC (Prolibras).
- Professor Bilíngue: professor com fluência em Libras que desenvolverá o ensino do português escrito com base em metodologias de ensino de segundas línguas.
- Fonoaudiólogo Bilíngue: profissional responsável pelas práticas terapêuticas de ensino do português oral, em horário oposto das aulas;
- Profissional Tradutor/Intérprete de Libras/Língua Portuguesa: profissional ouvinte que atua na mediação linguística do processo educacional de alunos Surdos matriculados no contexto regular de ensino, com graduação em tradução e interpretação em Libras/Língua Portuguesa ou com formação em nível médio e/ou

superior com certificado de proficiência em tradução e interpretação em Libras/Língua Portuguesa, emitido pelo MEC (Prolibras).

Teoricamente esses profissionais serão os responsáveis pelo ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos e conseqüentemente os que possuem habilidades suficientes para planejar situações onde o aluno surdo possa passar parte de sua percepção de linguagem para as demais pessoas.

As principais atribuições do professor da sala de recursos conforme encontrado no site do INES e também no livro Atendimento Educacional Especializado – AEE- Pessoas com Surdez, segundo a autora Damázio (2007, p. 37-38), são:

Oferecer apoio pedagógico a alunos integrados em classe comum; Manter intercâmbio com a comunidade escolar para um trabalho de conscientização sobre as potencialidades do portador de surdez; Atender diariamente, na sala de recursos, alunos surdos integrados, individualmente ou em pequenos grupos, de no máximo seis alunos; Oferecer, na sala de recursos, complementação curricular específica, visando principalmente, ao aprendizado da Língua Portuguesa (leitura, interpretação e redação de textos variados);.....; O ambiente educacional bilíngue é importante e indispensável, já que respeita a estrutura Libras e Língua Portuguesa; Este atendimento exige uma organização metodológica e didática e especializada; O professor que ministra aulas em Libras deve ser qualificado para realizar o atendimento das exigências básicas do ensino por meio da Libras e também, para não praticar o bimodalismo, ou seja, misturar a Libras e a Língua Portuguesa que são duas línguas de estruturas diferença; O professor com surdez, para o ensino Libras oferece aos alunos com surdez melhores possibilidades do que o professor ouvinte porque o contato com crianças e jovens com surdez com adultos com surdez favorece a aquisição dessa língua; A avaliação processual do aprendizado por meio da Libras é importante para que se verifique, pontualmente, a contribuição do Atendimento Educacional Especializado para alunos com surdez na classe comum; A qualificação dos recursos visuais é primordial para facilitar a compreensão do conteúdo curricular em Libras.

O professor especializado deve integrar sua ação com o professor da sala de aula comum. Junto com o aluno e com outros profissionais que possam participar, poderão estudar alternativas favoráveis aos vários desafios do contexto escolar. Justifica-se mais uma vez, a necessidade da aproximação do especialista com o professor da sala de aula, estabelecendo juntos os objetivos e desenvolvendo em parceria a ação educacional.

3.3. Bilingüismo: O Brasil com duas línguas

Segundo Fernandes (2007, p. 17) a Educação Bilíngue para Surdos pode ser definida como: “uma proposta educacional que compreende, em sua realização, a utilização de duas línguas na comunicação e no ensino dos Surdos: a língua brasileira de sinais (Libras) e a língua portuguesa”.

As experiências da inclusão de surdos permitiram que as Instituições de Ensino percebessem a dificuldade de acesso a língua portuguesa enfrentada pelos alunos surdos, e as dificuldades sentidas pelos professores para a comunicação com estes alunos.

Essa dificuldade leva as instituições de ensino reconhecer que a forma mais adequada para estabelecer a comunicação com o surdo é através da língua de sinais. Desta forma surge a preocupação de alguns profissionais, principalmente dos professores, em valorizar a Educação Bilíngue para Surdos como nova possibilidade de linguagem para o ensino.

Neste sentido Damázio propõe que:

“O trabalho pedagógico com os alunos com surdez nas escolas comuns, deve ser desenvolvido em um ambiente bilíngue, ou seja, em um espaço que se utilize a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa” (2007, p.25).

O ambiente bilíngue, além de outras situações, requer o aprendizado da LIBRAS por parte dos professores ouvintes, o qual deve ser realizada, preferencialmente, com a presença de monitor/instrutor surdo, visando garantir a apropriação e o ensino da Libras, da mesma maneira que é utilizada pela comunidade de surdos. Por outro lado deve ser realizado o ensino da língua portuguesa para os alunos surdos, por professores com formação em Língua Portuguesa/Libras.

3.4 A língua portuguesa e suas dificuldades para o surdo

A utilização de técnicas, procedimentos e instrumentos de avaliação compatíveis com as necessidades do aluno surdo não garantem que este aluno desenvolva a habilidade de conhecer a Língua Portuguesa.

Esse ensino, na concepção lógica, deverá ser diferenciado para os surdos, pois enquanto os ouvintes possuem experiências auditivas e visuais, o surdo possui experiências visuais e espaciais. Sendo assim como veremos adiante a escrita da língua portuguesa de suma importância. Iniciando desta forma a proposta de uma educação bilíngüe, ou seja, a mescla entre a língua de sinais e a linguagem escrita.

Fernandes (2007, p. 132) relata que o aprendizado da Língua Portuguesa para o surdo se realiza como uma língua estrangeira, pois acontece em ambiente artificial e através da aquisição sistematizada com metodologias próprias para o ensino de segunda língua. Deve-se saber que tão importante quanto gramática da língua portuguesa em si deve ser a sua compreensão plena, não somente a aquisição de um sistema de regras.

Num contexto de diferenças e semelhanças entre a (L1) e a (L2) do surdo, percebe-se através de estudos publicados, utilizado pelo Grupo de Pesquisas da FENEIS no livro Libras em Contexto (2003), alguns aspectos interessantes. São vários e complexos os estudos sobre a língua de sinais, mas limitando e focalizando esse estudo, finaliza-se essa idéia com a estrutura sintática da Libras.

3.5. Aprender a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

A LIBRAS é a sigla utilizada para designar a língua brasileira de sinais. Esta sigla é difundida pela FENEIS. Como qualquer outra língua, possui expressões que diferem de região para região (os regionalismos), o que a legitima ainda mais como língua.

Quadros define a Libras como:

A língua de sinais brasileira é visual-espacial representando por si só as possibilidades que traduzem as experiências surdas, ou seja, as experiências visuais. Os surdos vêem a língua que o outro produz por meio do olhar, das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua vista no outro (2005, p.3).

Através da Libras, que é uma língua completa, com estrutura independente da Língua Portuguesa oral ou escrita, é possível o desenvolvimento cognitivo do indivíduo surdo, favorecendo o seu acesso a conceitos e conhecimentos que se fazem necessários para sua interação com o outro e o meio em que vive suas dúvidas e temores perante o mundo diminuem e o prazer de viver com os ouvintes aumenta de forma viva na comunicação. Tudo que o Surdo almeja é sentir mais segurança neste mundo onde a língua falada causa estranheza, lembrando que a comunicação deles é mais visual.

Assim é fundamental que as pessoas ouvintes aprendam a Libras como segunda Língua, pois para o ambiente ser bilíngue é necessário um maior número possível de pessoas conhecedoras da língua de sinais, e não apenas o aluno surdo e seu professor (FERNANDES, 2007, p.121).

A aprendizagem da Língua de Sinais para pessoas ouvintes adultas deve ocorrer de forma sistemática se através de cursos de línguas de sinais, geralmente ministrado por professores surdos que sejam pessoas bilíngues, e/ou convívio com a comunidade de surdos.

As pessoas ouvintes devem entender primeiramente que a Libras é uma língua de modalidade visual-espacial que a difere das demais línguas orais-auditivas. Desse modo, não é simples gestualização da [língua portuguesa](#), mas sim a língua de sinais própria da comunidade surda.

A LIBRAS possui estrutura e regras gramaticais próprias, que a difere da Língua Portuguesa, sendo organizadas nos seguintes níveis gramaticais: fonológico, morfossintático, pragmático e semântico, com as mesmas funções das línguas orais (FERNANDES, 2007, p. 96).

Da mesma forma que nas línguas orais-auditivas existem [palavras](#), nas línguas de sinais também existem itens [lexicais](#), que recebem o nome de [sinais](#). As comunidades surdas ampliam seu vocabulário com novos sinais, acompanhando as mudanças culturais e tecnológicas dentro do contexto social onde estão inseridas (REVISTA DA FENEIS, 1999, p. 16).

No entanto, para se comunicar em Libras, não basta apenas aprender os sinais é necessário conhecer os princípios básicos de organização de um sinal. Que segundo Karnopp e Quadros (*apud* FERNANDES, 2007, p. 98), são:

Configuração de mão (CM) forma que a mão assume na representação de um sinal; Locação da mão (L): posição da mão no espaço de sinalização; Movimento da mão: Os sinais podem ter um movimento ou não. Por exemplo, os sinais PENSAR e EM-PÉ não tem movimento; já os sinais EVITAR e TRABALHAR possuem movimento; Expressão facial e/ou corporal: As expressões faciais/corporais são de fundamental importância para o entendimento real do sinal, sendo que a entonação em Língua de Sinais é feita pela expressão facial; Orientação/Direção: Os sinais têm uma direção com relação aos parâmetros acima. Assim, os verbos IR e VIR se opõem em relação à direcionalidade.

A LIBRAS, como as outras línguas de sinais, não tem um sistema de escrita largamente adotado. Na falta de uma escrita própria, tem sido transcrita usando palavras em português que correspondam ao significado dos sinais. Para designar que a palavra em português indica um sinal, é grafada convencionalmente usando letras maiúsculas.

Os verbos: serão apresentados no infinitivo. Todas as concordâncias e conjugações são feitas no espaço. As frases: obedecerão à estrutura da LIBRAS, e não a do Português. Os pronomes pessoais: serão representados pelo sistema de apontação. Apontar em Libras é culturalmente e gramaticalmente aceito.

Reconhecer o sistema de Libras como um sistema de linguagem tão completa quanto à própria língua portuguesa. Mas, não basta simplesmente reconhecer a importância dessa língua é preciso encontrar meios de torná-las cada vez mais conhecida e conseqüentemente utilizada, para a perfeita comunicação entre surdos e entre surdos e ouvintes.

O preconceito contra o surdo e com relação a sua forma de comunicar ainda existe, entretanto, a tendência apontam para outros rumos nessa trajetória. Sendo cada vez mais divulgada essa possibilidade de comunicação através dos sinais vem viabilizando seu aprendizado em vários segmentos da sociedade que ultrapassam o ambiente escolar. Esse fato está contribuindo para romper as barreiras do desconhecimento em relação aos surdos.

3.6. Utilização do computador na educação do aluno surdo

O computador é um equipamento que recebe, guarda, manipula e gera dados e símbolos, que podem estar presente em atividade de ensino, pesquisa e principalmente a comunicação escrita tornando possível a compreensão de palavras da língua portuguesa para o sistema de notação de sinais em LIBRAS.

As Tecnologias devem ser entendidas como um auxílio que promoverá a ampliação das habilidades cognitivas e desenvolver potencialidade pedagógicas tornando as mais fáceis.

Pois sabemos que o computador facilita a vida das pessoas com necessidades educativas especiais, por exemplo, o computador utilizado como caderno eletrônico, para o indivíduo que não consegue escrever no caderno comum de papel, por outro lado, o computador é utilizado por meio de tecnologias assistidas, quando o objetivo final desejado é a utilização do próprio computador, para o que são necessárias determinadas ajudas técnicas que podem permitir ou facilitar a utilização desta tarefa, por exemplo: Adaptações de teclados, de mouses, softwares especiais, etc... (Revista Inclusão, 2005, p. 46).

Os professores devem organizar suas metas partindo da realidade, das necessidades e dos interesses de seu alunado, tentando despertar o prazer pela descoberta, provocando a mudança de comportamento tão desejada por aqueles que pretendem a reestruturação da educação. Bastos (2006) relata que:

“A utilização do computador com uma clientela possuidora de especificidades tão distintas cria um ambiente de aprendizagem na qual não há risco de bloqueios cognitivos em função de problema emotivos ou de faltas na capacidade de relacionamento. O computador, como subsídio didático, é um animal dócil e paciente. Diferentemente dos seres humanos, não se queixa, não grita e não castiga em caso de erro. O computador se apresenta como máquina que repete docilmente o trabalho, respondendo perguntas, cala-se ao simples apertar de teclas e não provoca constrangimento afetivos durante as situações de aprendizagem propostas”.

A partir do texto acima, podemos assegurar como é importante o computador como recurso pedagógico. Com ele os alunos com surdez conseguem visualizar e entender suas idéias na tela, resultando em uma conquista que possibilita novas relações e construção de novos conhecimentos. Acredito que os jogos de CDs

interativos, leitura, brincadeiras, artes, utilização de materiais escolares e pedagógicas, exploração e produção de temas através do computador será uma excelente ferramenta para estimular o desenvolvimento da língua de sinais e língua portuguesa.

Conforme Carneiro 1998 na constituição federal sobre os princípios e fins da educação nacional demonstra as finalidades e responsabilidades da família e Estado que, também aborda a dimensão tecnológica da educação, considerando qualificação para o trabalho. Refletindo, portanto que não existem valores pedagógicos descontextualizados para a formação de indivíduos com ou sem deficiência e sempre apostando no acesso e permanência dos educandos.

“...o trabalho é um elemento catalisador de toda a vida do indivíduo e mais do que isso, é um elemento eficaz para se chegar a um conhecimento preciso e realista da natureza. Importa dizer que, dificilmente se chegara a saber cientificamente, a dominar e transformar a natureza, sem uma ação do trabalho” (CARNEIRO, 1998, p.34).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos recursos tecnológicos para atendimento educacional especializado de pessoas surdas no ensino regular, ou seja, a utilização do computador como ferramenta de comunicação, informação e inclusão do aluno com surdez no ensino fundamental na rede regular, possibilitou esclarecer acerca dos atendimentos em relação ao surdo e os recursos de acessibilidade.

Porém, o uso desses atendimentos e recursos na inclusão são, ainda, situações isoladas ou inexistentes, pela falta de conhecimento dos direitos, como também pela ausência de profissionais capacitados. Principalmente no que diz respeito à comunicação em LIBRAS como primeira Língua para pessoas com surdez, com suporte básico da língua Portuguesa como segunda Língua.

Os conteúdos sistematizados da Língua Portuguesa são um dos vilões da inclusão pedagógica para os surdos, pois não existe, na escola, uma única língua comum entre surdos e ouvintes. Então, para estabelecer relação e interação há a necessidade de busca de caminhos alternativos para contornar as dificuldades de comunicação e criar condições de igualdade onde, ambos, surdos e ouvintes possam construir e internalizar o conhecimento sistematizado.

Os dados analisados possibilitam compreender a necessidade de estimular nos docentes a ressignificação de suas concepções metodológicas proporcionadas pela formação continuada, também observamos à necessidade de maiores investimentos na educação de surdos com a capacitação profissional, a viabilização de em intérprete e tradução de recursos em Libras. Sugere-se, ainda, a necessidade da participação e orientação para gestores e equipe de profissionais da sala de recursos sobre a responsabilidade da escola inclusiva em melhorar os recursos da sala multifuncional como também os recursos tecnológicos de forma a proporcionar educação de qualidade para alunos surdos no ensino especializado.

5. REFERÊNCIAS

BASTOS, Elizabeth Soares. **Educação Especial**. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/tecnologia/0012_02.html>. Acesso em 05/01/2010.

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez.2005.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001.

CASARIN, Melania de Melo UFSM, Curso de especialização á distancia em educação especial, Santa Maria CE 2009.

CARNEIRO, Moaci Alves – LDB fácil: Leitura – critico – compreensiva: vozes – Petrópolis , RJ 1998.

DAMÁZIO, Ferreira Macedo – Formação Continuada a distância de professores para o Atendimento Educacional Especializado – Pessoa com Surdez – SEESP / SEED /MEC Brasília /DF – 2007.

DECLARAÇÃO de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. 7-10 de junho de 1994. Brasília: CORDE, 1994.

FERNANDES, Sueli. **Educação de Surdos**. Curitiba: Ibpex, 2007.

FELIPE, Tanya Amara – Libras em Contexto, Curso Básico, Livro do Estudante Cursista, Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC, SEESP, Brasília – DF, 2003.

INES/ FENEIS, www.ines.org.br/ines_livros/32/32_006.htm, às 23:48 min, 07/01/2010.

INTRODUÇÃO aos estudos sobre a LIBRAS. **Revista Feneis**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 16, abr./jun. 1999.

INCLUSÃO: Revista da Educação Especial / Secretaria de Educação Especial. Brasília – DF, 2005.

QUADROS, R. M. de. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão**. Revista Ponto de Vista. Nº 5. p. 81-112. 2003. NUP. Florianópolis.

QUADROS, Ronice Muller de. O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, Secretaria de Educação Especial, Programa Nacional de Apoio a Educação de Surdos, MEC, SEESP, Brasília - DF, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. p. 41,42.

TESES, Estrutura e Apresentação de Monografias, Dissertações e. **MDT / Universidade Federal de Santa Maria**. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. – 6. ed. rev. e ampl. – Santa Maria :Ed. da UFSM, 2006.